

ANEXO - VII

MINUTA DE CONTRATO

Termo de Contrato nº/..... de/...../.....
TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE QUE FAZEM
ENTRE SI O **MUNICÍPIO DE COMENDADOR LEVY GASPARIAN** E A EMPRESA
(Processo Administrativo Nº de/...../.....)

O **MUNICÍPIO DE COMENDADOR LEVY GASPARIAN**,
CNPJ-MF nº 39.554.597/0001-51, com endereço na Av. Vereador José Francisco Xavier, nº 01,
Centro, Comendador Levy Gasparian/RJ - CEP: 25.870-000, doravante denominado **Contratante**,
neste ato representado por **Claudio Mannarino**, investido legalmente no cargo de **Prefeito**, e a
empresa, CNPJ-MF nº,
com endereço na, doravante denominada **Contratada**, representada
neste ato por, portador(a) da carteira de identidade nº, emitida
pelo(a) (órgão emissor), CPF nº, conforme consta no
(indicar o ato que o qualifica como representante legal, isto é: estatuto social, contrato social e ata
de eleição e/ou instrumento de procuração acostado aos autos), firmam o presente **Termo de
Contrato**, cuja celebração foi autorizada nos autos do Processo Administrativo nº,
doravante denominado **Processo**, concernente à licitação nº/....., efetuada na modalidade
..... Os contraentes enunciam as seguintes cláusulas e condições que regerão o contrato
em harmonia com os princípios e normas da legislação aplicável à espécie, especialmente a Lei
Federal nº 10.520/02 e a Lei Federal nº 8.666/93, que as partes declaram conhecer,
subordinando-se, incondicional e irrestritamente, às suas estipulações.

PRIMEIRA (DO OBJETO)

A Contratada se obriga a fornecer, na
conformidade do edital e anexos da Licitação **Pregão Presencial** nº, os quais
integram este termo, independentemente de transcrição, para todos os modos, fins e efeitos
legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O Contratante poderá suprimir ou acrescer o objeto do contrato nos limites previstos no
artigo 65, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Acompanha este instrumento a **“LISTAGEM SINTÉTICA POR FORNECEDOR”**
contendo os itens adjudicados à Contratada.

SEGUNDA (DO REGIME DE EXECUÇÃO)

O objeto deste contrato será executado em regime de empreitada por preço unitário.

TERCEIRA (DO FORNECIMENTO)

O objeto do contrato será fornecido de acordo com as especificações estabelecidas no
edital e seus anexos e na forma das demais disposições que integram o presente termo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os produtos serão fornecidos de acordo com a solicitação da **Secretaria Municipal de Transportes**, conforme a necessidade, através da “**Requisição de Compra**”, assinada com identificação pelas partes, da seguinte forma:

- **Gasolina comum, óleo diesel e óleo diesel S10**

De posse da “**Requisição de Compra**”, o motorista se deslocará ao posto de venda da Contratada para realizar o abastecimento;

- **Demais produtos**

Imediata, mediante apresentação da “**Requisição de Compra**”, sendo entregues na secretaria solicitante, situada na Sede do Município, à Avenida Vereador José Francisco Xavier, nº 01, Centro, Comendador Levy Gasparian/RJ, **das 08:00 às 16:00**, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O início do fornecimento deverá ocorrer **imediatamente** após a assinatura do presente contrato, e a fiscalização adotará junto à Contratada, oportunamente, todas as providências necessárias.

PARÁGRAFO TERCEIRO

É vedado em qualquer situação o abastecimento de combustível ou utilização de lubrificante por veículo que não esteja autorizado conforme a determinação do parágrafo primeiro desta cláusula.

PARÁGRAFO QUARTO

O fornecimento irregular por desobediência ao parágrafo primeiro desta cláusula fará com que a Contratada responda por danos causados ao Contratante, e se sujeitará as penalidades legais impetradas pela Procuradoria Geral do Município.

QUARTA (DO RECEBIMENTO)

O recebimento definitivo do objeto será efetuado pelos fiscais designados, no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, mediante atestação da fatura/nota fiscal, após criteriosa verificação de que os bens adquiridos encontram-se em perfeitas condições de uso e atendem as especificações do objeto contratado.

PARÁGRAFO ÚNICO

O aceite/aprovação dos produtos pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vício de quantidade e/ou qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas verificadas posteriormente, garantindo-se ao Contratante as faculdades previstas no art. 18, da Lei nº 8.078/90-Código de Defesa do Consumidor.

QUINTA (DA FISCALIZAÇÃO)

A fiscalização, com fundamento no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93, cabe ao Contratante, que a seu critério e por meio de **02 (dois) servidores** designados pela **Secretaria Municipal de Transportes**, deverão exercê-la de modo amplo, irrestrito e permanente em todas as fases de execução das obrigações, inclusive quanto ao desempenho da Contratada, sem prejuízo do dever desta de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo Contratante.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringem a responsabilidade integral e exclusiva da Contratada quanto à integridade e à correção da execução das prestações a que se obriga, suas consequências e implicações perante terceiros.

SEXTA (DO VALOR)

O valor do contrato é de **R\$** **(por extenso)**, correspondendo ao objeto definido na cláusula primeira e para a totalidade do período mencionado na cláusula décima primeira.

SÉTIMA (DA DESPESA)

A despesa do contrato neste exercício correrá à conta das dotações orçamentárias e, do orçamento vigente do Município de Comendador Levy Gasparian, conforme notas de empenho acostadas aos autos do Processo.

OITAVA (DO PAGAMENTO)

Os pagamentos devidos à Contratada serão efetuados **quinzenalmente** mediante apresentação da fatura/nota fiscal emitida por seu estabelecimento, em exata correspondência à obrigação cumprida. O pagamento da fatura/nota fiscal deverá ocorrer no prazo de **30 (trinta) dias**, contados da data da sua autuação no Protocolo do Município. A fatura/nota fiscal, acompanhada das requisições de compra, do Certificado de Regularidade do FGTS e da Certidão Negativa de Débito do INSS (válidas) e do termo de contrato assinado e publicado, deverá ser atestada pelos fiscais designados. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa do Contratante, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o parágrafo anterior será efetivado mediante autorização expressa da Controladoria Geral, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da Contratada dirigido à Secretaria de Fazenda.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Caso o Contratante efetue o pagamento devido à Contratada antes do prazo pactuado, poderá ser descontado da importância devida o valor correspondente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

PARÁGRAFO QUARTO

Em caso de devolução da documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir da data da sua reapresentação.

NONA (DO REAJUSTAMENTO) (no caso dos combustíveis)

Os combustíveis terão seus preços reajustados automaticamente para maior ou para menor sempre que houver alteração nos preços de bomba dos combustíveis para venda à vista. **O novo preço corresponderá sempre ao preço à vista de bomba.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os reajustes promovidos pela Contratada não poderão representar percentual abusivo de aumento comparado às variações de preços autorizadas para as refinarias, demais produtores e importadores, nem resultar em preços acima dos praticados no mercado para os mesmos produtos, sob pena de rescisão contratual unilateral nos termos da Lei Federal nº 8.666/93. Somente serão acatados os reajustes determinados pelo Governo Federal.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A Contratada deverá comprovar através de documento legal as variações porventura resultantes das alterações dos preços com o propósito de averiguação dos valores por parte do Contratante. A documentação será entregue à Pregoeira que encaminhará a mesma à Procuradoria Geral do Município para análise e parecer.

DÉCIMA (DA REVISÃO) (no caso dos lubrificantes)

Os preços dos lubrificantes pactuados serão fixos e irreajustáveis, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial do contrato, desde que tal se dê em razão de fato notório.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A revisão a que se trata o *caput*, só poderá ser efetuada na hipótese de ocorrer comprovadamente, desequilíbrio econômico-financeiro que possa comprometer a relação contratual, sempre com o parecer circunstanciado da Procuradoria Geral, mediante solicitação da Contratada.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O pedido de revisão deverá estar acompanhado de documentos que comprovem a variação de preços do mercado, tais como: tabelas de fabricantes, notas fiscais de aquisição do produto acabado ou de matérias primas (atual e a da época da proposta).

PARÁGRAFO TERCEIRO

É vedada a utilização pelas partes de qualquer espécie de atualização monetária.

DÉCIMA PRIMEIRA (DO PRAZO)

O prazo do contrato terá início na data de sua assinatura, e encerrará em **31/12/2016**, vedada sua prorrogação.

DÉCIMA SEGUNDA (DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE)

Constituem obrigações e responsabilidades do Contratante:

- I) Emitir nota de empenho para fazer face às despesas contratadas;
- II) Designar 02 (dois) servidores da **Secretaria Municipal de Transportes** para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e para atestar o recebimento do objeto nos termos exigidos;

- III) Expedir “Requisição de Compra”;
- IV) Efetuar pagamento à Contratada de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos;
- V) Reservar à **fiscalização** o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos e tudo o mais que se relacione com o objeto licitado, desde que não acarrete ônus para o Contratante ou modificação das obrigações;
- VI) Notificar imediatamente à Contratada de qualquer ocorrência anormal que verificar durante a execução do contrato;
- VII) Aplicar sanções à Contratada motivadas pela inexecução parcial ou total do contrato.

DÉCIMA TERCEIRA (DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA)

Constituem obrigações e responsabilidades da Contratada:

- I) Assumir como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao Contratante ou a terceiros;
- II) Responder por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade lhe caberão, exclusivamente;
- III) Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de seu ato, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- IV) Manter durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação;
- V) Executar o fornecimento objeto da licitação na condição, qualidade, quantidade, prazo e especificações exigidas;
- VI) Entregar os produtos sem qualquer ônus para o Contratante, estando incluído no valor do pagamento toda e qualquer despesa com transporte, frete, embalagem, teste, seguro, carga e descarga e ainda qualquer tributo de qualquer natureza que incida sobre o fornecimento ora pactuado;
- VII) Trocar os produtos que venham a ser recusados por não atenderem as especificações exigidas, **imediatamente** após a solicitação, sem que isso acarrete qualquer ônus para o Contratante ou a releve das sanções previstas na legislação vigente;
- VIII) Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela **fiscalização** do Contratante;
- IX) Garantir acesso, a qualquer tempo, da **fiscalização** do Contratante em suas instalações;

X) Cientificar, imediatamente, à **fiscalização** do Contratante, qualquer ocorrência anormal que verificar durante a execução do contrato;

XI) Corrigir, prontamente, quaisquer erros ou imperfeições dos trabalhos, atendendo assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela **fiscalização** do Contratante;

XII) Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto do contrato, nos termos do art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

DÉCIMA QUARTA (DAS PENALIDADES)

No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste contrato, o Contratante, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, aplicará à Contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos artigos 86, 87 e 88, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como, no que couberem, as disposições contidas na Lei Estadual nº 287/79, e suas regulamentações e, em especial, as seguintes sanções:

I) Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo de entrega, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil;

II) Multa administrativa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação, nas demais hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza, seja contratual ou legal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que o Contratante rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As multas administrativas e moratórias aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pelo Contratante à Contratada ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente, em consonância com os parágrafos 2º e 3º do artigo 86, da Lei Federal nº 8.666/93.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito do Contratante de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUARTO

No caso da Contratada ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá, nos termos do art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/02, ser impedida de licitar e contratar com a Administração Municipal Direta e Indireta pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais, tudo proporcionalmente ao grau de culpabilidade da conduta apenada.

DÉCIMA QUINTA (DA RESCISÃO)

O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78, da Lei Federal nº 8.666/93, com as consequências indicadas no seu art. 80, sem prejuízo das sanções previstas na lei e no contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos de processo devidamente instaurado, assegurado o direito a prévia e ampla defesa.

DÉCIMA SEXTA (DA CESSÃO OU DA TRANSFERÊNCIA)

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, subcontratação ou transferência, no todo ou em parte.

DÉCIMA SÉTIMA (DOS TRIBUTOS E DESPESAS)

Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

DÉCIMA OITAVA (DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO)

Em 20 (vinte) dias, contados de sua assinatura, o Contratante providenciará a publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município no endereço <http://rj.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/comendadorlevygasparian>, em resumo, do presente termo de contrato, para dar-lhe a devida eficácia.

DÉCIMA NONA (DO FORO)

O Foro do contrato será o da Comarca de Três Rios, excluído qualquer outro.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente termo foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e testemunhas abaixo.

Comendador Levy Gasparian, de de

Município de Comendador Levy Gasparian
Claudio Mannarino – Prefeito
Contratante

(Nome da empresa)
(Nome do representante legal)
Contratada

Testemunhas:

Nome:
CPF :

Nome:
CPF :